



REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DO PORTO DE RECREIO DE SINES

RI013

USO INTERNO

Revisão 5

Edição 1

Revisão	Proposta	Data	Descrição
5	347-2018	2018.04.28	Necessidade e legitimidade da obtenção de dados pessoais, para registo de clientes. Atualização do horário de funcionamento do serviço de receção. Deposição de RCM no PR.
4	64-2015	2015.01.29	Adequação do horário funcionamento do PR - serviços complementares de apoio e inclusão do serviço de drenagem de águas sujas e oleosas.
3	DMP.AD13.003	2013.05.03	Adequação do horário funcionamento do PR - serviços complementares de apoio.
2	-	2007.08.16	Execução de trabalhos nas embarcações estacionadas em terra
1	-	2006.10.06	Introdução do sistema de controlo de acessos, das regras referentes ao aluguer de cacifos e alteração de condições no estacionamento em terra e no fundeadouro.
0	-	2005.11.14	Criação

DCA	Ana Ramos	CA	José Luis Cacho
RESPONSÁVEL		APROVADO	



ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º Objeto.....	4
Artigo 2.º Exclusividade	4
Artigo 3.º Aplicação de taxas.....	4
Artigo 4.º Prestação de serviços	4
Artigo 5.º Utilização do Porto de Recreio	4
Artigo 6.º Horário de funcionamento	5
Artigo 7.º Responsabilidades	5
Artigo 8.º Taxas.....	5
Artigo 9.º Falsas declarações	5
CAPÍTULO II EMBARCAÇÕES E ESTACIONAMENTO.....	6
Artigo 10.º Classificação	6
Artigo 11.º Tipos de estacionamento	6
Artigo 12.º Validade do estacionamento.....	6
Artigo 13.º Atribuição de estacionamento	7
Artigo 14.º Contrato	8
Artigo 15.º Pagamento.....	8
Artigo 16.º Remoção de embarcações	8
Artigo 17.º Segurança.....	9
Artigo 18.º Troca de amarração	9
Artigo 19.º Estacionamento a seco	9
CAPÍTULO III PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES	10
Artigo 20.º Equipamento	10
Artigo 21.º Outros serviços.....	10
Artigo 22.º Sistema de drenagem de águas sujas e oleosas	10
Artigo 23.º Lavagens	11
Artigo 24.º Recolha de Resíduos.....	11
Artigo 25.º Abastecimento de combustíveis	11
Artigo 26.º Cacifos	11
CAPÍTULO IV OBRIGAÇÕES.....	12



REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DO PORTO DE RECREIO DE SINES

RI013

USO INTERNO

Revisão 5

Edição 1

Artigo 27.º Obrigações dos utentes	12
CAPÍTULO V RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES	13
Artigo 28.º Atendimento aos Utentes	13
CAPÍTULO VI ENTRADA EM VIGOR	13
Artigo 29.º Entrada em vigor	13

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS****Artigo 1.º
Objeto**

O presente regulamento contém as disposições fundamentais a observar na utilização do Porto de Recreio (PR) em conformidade com as atribuições da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, doravante designada por APS.

**Artigo 2.º
Exclusividade**

Na área de exploração do PR, a atividade comercial só pode ser exercida pela APS e por entidades por esta licenciadas ou detentoras de serviços concessionados.

**Artigo 3.º
Aplicação de taxas**

1 - As taxas de utilização do PR são devidas pela disponibilidade dos sistemas relativos à entrada, estacionamento e largada de embarcações de recreio, bem como pelo uso das facilidades existentes no plano da atracação e nas instalações terrestres.

2 - Pela prestação destes serviços, serão aplicadas taxas de acordo com o Tarifário do PR.

**Artigo 4.º
Prestação de serviços**

É obrigatório efetuar, na receção, a requisição prévia da prestação de serviços, da utilização de equipamento e do uso das instalações.

**Artigo 5.º
Utilização do Porto de Recreio**

1 - No PR, apenas poderão permanecer embarcações de recreio e, excecionalmente, outras unidades flutuantes pertencentes a entidades devidamente autorizadas pela APS.

2 – Compete ao PR autorizar a utilização de equipamentos ou serviços complementares.

3 – Compete ao PR autorizar a permanência de embarcações no plano de água, ou em terra, mediante contrato/inscrição formal e a atribuição dos respetivos lugares.

4 – As autorizações referidas no ponto 3 deste artigo são concedidas a título precário, em qualquer dos regimes acordados.

5 – No PR e mediante condições e autorização da APS, poderão ser reservados lugares para uso exclusivo de embarcações da empresa ou de outras entidades, cabendo ao PR a denúncia de situações que, por inconvenientes, possam comprometer a disponibilidade de manobra de outras embarcações e/ou a qualidade do serviço praticado pelo PR.



6 – A APS poderá, por razões de segurança ou operacionalidade, condicionar o acesso ou a circulação de veículos e pessoas na área do PR.

7 – O acesso dos clientes do PR, aos pontões e aos vários locais e serviços disponíveis, é efetuado através de um sistema de controlo por cartões magnéticos, fornecidos na receção, os quais devem ser devolvidos quando ocorrer o “*check out*” da embarcação. A validade do cartão magnético cessa com o ato do “*check out*” e por incumprimento do pagamento de faturas já vencidas e não liquidadas.

8 – O acesso a pessoal autorizado é feito por entrega de cartão programado para acessos específicos e em função da natureza do serviço.

Artigo 6.º

Horário de funcionamento

1 - O serviço de receção do PR funciona das 08:00h às 20:00h em época baixa (meses de janeiro a abril e outubro a dezembro) e das 08:00h às 24:00h em época alta (meses maio a setembro).

2 - Os serviços complementares de apoio constantes do tarifário funcionam entre as 08:00h e as 20:00h.

Artigo 7.º

Responsabilidades

1 – Os utentes são responsáveis, perante o PR e terceiros, nos termos gerais do Direito, por danos causados, devendo utilizar as instalações com redobrada atenção e tomar as indispensáveis precauções com vista a evitar acidentes, atendendo aos riscos naturais a que estão sujeitas as instalações portuárias.

2 – A APS não é responsável por perdas, danos, acidentes ou naufrágios que ocorram nas embarcações ou entidades que frequentem o PR, salvo se os mesmos lhe forem imputáveis, nos termos da legislação em vigor.

3 – A APS não é responsável por furtos ou roubos ocorridos na área do PR ou nas embarcações ali estacionadas.

Artigo 8.º

Taxas

1 - As taxas aplicáveis para utilização do PR são as que, para o efeito, estiverem fixadas e publicadas pela APS.

2 – Os preços podem ser alterados sem aviso prévio.

Artigo 9.º

Falsas declarações

Sem prejuízo de outras consequências previstas na lei, a prestação de falsas declarações, por parte dos utentes, implica o indeferimento dos pedidos formulados ou o cancelamento das autorizações concedidas.

CAPÍTULO II EMBARCAÇÕES E ESTACIONAMENTO

Artigo 10.º Classificação

A classificação das embarcações, quanto aos serviços a que se destinam e às zonas em que exercem a sua atividade, é a constante no Regulamento Geral das Capitanias.

Artigo 11.º Tipos de estacionamento

1 - A permanência de embarcações no PR é autorizada para as seguintes situações:

A nado – nos regimes Anual ou Temporário

A seco – no regime Temporário

Fundeadoiro – no regime Temporário de carácter excecional

Visita logística – no regime Temporário

2 – Para os efeitos indicados no número 1, são aplicáveis as seguintes definições:

a) Anual – corresponde ao período de doze meses de estadia.

b) Temporário - corresponde ao período de estadia contratado inicialmente com o PR.

c) Fundeadoiro - entende-se por fundeadoiro o local dentro da bacia de manobra do PR e dentro das coordenadas definidas pela APS (neste local e no período que aí permanecerem, as embarcações obrigam-se ao cumprimento das normas e regulamentos portuários).

O aviso das regras de fundeadoiro será efetuado pelo pessoal marinho, recorrendo à unidade flutuante ao serviço do PR.

d) Visita Logística - passagem curta, não superior a 6 horas, que poderá incluir a utilização das facilidades existentes, para abastecimento ou descanso.

3 - O início dos períodos de estacionamento, com exceção para a visita logística, é o dia da chegada, independentemente da hora em que esta ocorra.

O fim de qualquer destes períodos é o dia seguinte ao último dia faturado.

Artigo 12.º Validade do estacionamento

1 – A atribuição de lugar de estacionamento é válida apenas para o titular e exclusivamente para a embarcação referida contratualmente.

2 – Está vedado aos utentes utilizarem o lugar que lhes foi indicado para estacionamento das suas embarcações, com atracações e manobras de unidades que não sejam as exclusivamente referenciadas na ficha de inscrição, ainda que tuteladas pelos mesmos.

3 – As embarcações tuteladas por mais que uma entidade serão objeto de exigência na definição de um responsável, sem prejuízo das regras do Direito aplicáveis à copropriedade.

4 – O estacionamento em fundeadouro apenas será autorizado pelo PR em regime temporário e quando não houver lugar de amarração disponível para a classe da embarcação.

Artigo 13.º
Atribuição de estacionamento

1 – No ato do “*check in*” é celebrado um contrato de prestação de serviços que inclui a disponibilidade dos sistemas relativos à entrada, estacionamento e largada de embarcações de recreio, bem como o uso das facilidades existentes no plano da atracação e nas instalações terrestres. Para essa finalidade necessitamos e recolhemos os seguintes tipos de dados pessoais do proprietário da embarcação:

- i) Do proprietário ou seu representante:
 - a) Nome completo
 - b) Morada – para envio de faturação
 - c) Número de Identificação Civil/Número de Passaporte
 - d) N.º de contribuinte
 - e) Telefone da residência
 - f) Telemóvel ou telefone para contacto urgente
 - g) Representante na região e seu contacto (caso exista)
 - h) Endereço de correio eletrónico (caso exista)
- ii) Da embarcação:
 - a) Certificado de Registo
 - b) Livrete com vistoria válida
 - c) Apólice de seguro de Responsabilidade Civil – mínimo 20 000 Euros
 - d) Indicativo de chamada
- iii) Dos Tripulantes
 - a) Nome completo
 - b) Número de Identificação Civil/Número de Passaporte

2- A APS, detêm uma Política de Privacidade e de Proteção de dados que define e regula o uso e armazenamento dos dados pessoais.

Pode consultá-la aqui [Política de Privacidade](#)

3 – O utilizador, por razões de segurança e controlo, obriga-se a informar a gestão do PR, em impresso apropriado (Declaração de Saída), sempre que se ausentar com a embarcação, por período superior a 24 horas, e sempre que pretenda a desistência inequívoca do contrato e permanência.

4 - Os utilizadores em regime temporário não são obrigados à formalização da Declaração de Saída, aquando da sua largada em definitivo.

5 – A gestão da ocupação de lugares é da competência exclusiva do PR.

6 - Ausências superiores a cinco dias podem, por razões pontuais de gestão, significar uma mudança de lugar.



7 – O responsável pela embarcação obriga-se a manter atualizados os documentos e informações indicados em 1.

Artigo 14.º Contrato

1 - O contrato será celebrado pelo período de um ano ou pelo tempo pretendido em estadia temporária, através do preenchimento do “*check in*”.

2 - O contrato será cancelado se ocorrer uma das seguintes situações:

- a) Prestação de falsas declarações;
- b) Não cumprimento das normas constantes no presente regulamento;
- c) Não pagamento de faturas vencidas.

3 – O cancelamento de um contrato, por decisão do titular, antes do seu termo, obriga a APS à restituição de parte do valor pago por antecipação, nos termos previstos no Tarifário do Porto de Recreio de Sines.

4 – Só é considerado o cancelamento contratual, antes do seu termo, quando o titular o expressar, por escrito, se ausente, ou, estando presente, o denunciar através do preenchimento da Declaração de Saída.

5 – A não observação do número anterior, responsabilizará o titular pelo pagamento de faturas cuja emissão se tenha processado, até à decisão do cancelamento do contrato. A APS, nesta circunstância, reserva-se o direito de acionar mecanismos de cobrança.

6 – O contrato anual, em qualquer das suas formas de pagamento, é renovado automaticamente, a menos que os seus detentores o denunciem até dois meses antes do seu término.

Artigo 15.º Pagamento

1 – O pagamento, para qualquer tipo de contrato, faz-se no ato do preenchimento da ficha de inscrição, pela totalidade do valor relativo à modalidade escolhida.

2 – Sendo o pagamento exigido por antecipação em qualquer dos regimes, a faturação a ele inerente refere sempre períodos de permanência com datas posteriores.

3 – O pagamento do contrato temporário, em qualquer dos seus regimes, faz-se sempre pelo total do período estimado de estadia, devendo o proprietário, caso pretenda permanecer mais tempo no porto, informar logo que possível da sua pretensão.

Artigo 16.º Remoção de embarcações

1 - A APS reserva-se o direito de remover qualquer embarcação ou objeto estacionado no plano de água ou em terra, quando se verifique:

- a) - O estacionamento sem autorização;
- b) - O estacionamento prejudicial ao normal funcionamento do PR;
- c) - A necessidade de manutenção, conservação ou operacionalidade do Porto de Recreio;

- d) - Ocorrência de mau tempo ou outras circunstâncias;
- e) - A violação das normas do presente Regulamento;
- f) - O não cumprimento dos prazos de pagamento das taxas exigidas;
- g) - Mau estado de conservação das embarcações com perigo de submersão;
- h) - Outros que a segurança obrigue ou aconselhe.

2 - Os custos de remoção das embarcações, por motivos imputáveis ao utilizador, são da responsabilidade dos mesmos.

3 - Salvo situações de emergência ou outras circunstâncias que manifestamente o impeçam, os proprietários das embarcações serão previamente notificados, por comunicação escrita ou telefónica, para promover à sua remoção, sendo-lhes fixado um prazo para o efeito, sob pena de ser a APS a efetuar a remoção a expensas dos mesmos.

Artigo 17.º

Segurança

Para efeitos de segurança e sem prejuízo dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, a APS pode adotar, entre outras, as seguintes medidas ou providências:

- a) - Exigir informação sobre os locais de proveniência ou de destino das embarcações, nome, nacionalidade, número de pessoas embarcadas e desembarcadas, data e hora provável de saída;
- b) - Proceder à identificação das pessoas que frequentam o Porto de Recreio e zonas adstritas ao estacionamento de embarcações;
- c) - Promover, junto das autoridades competentes, o impedimento de saída das embarcações nos casos justificados de incumprimento das normas estabelecidas, nomeadamente por falta de pagamento das taxas.

Artigo 18.º

Troca de amarração

1 - A troca definitiva de embarcação por outra do mesmo titular, será condicionada à disponibilidade de lugar compatível com as características da nova unidade.

2 - Quando, no decurso do tempo de estadia contratual já liquidado, o cliente proceder a troca de embarcação por outra de classe inferior, não são devidas quaisquer devoluções por pagamentos feitos, relativamente ao período de estacionamento anterior, uma vez que a nova unidade permanecerá num lugar de classe superior.

3 - Se a troca de embarcação for feita para outra de classe superior, é devido o diferencial da taxa correspondente ao tempo ainda não decorrido do período de estacionamento inicialmente contratado.

Artigo 19.º

Estacionamento a seco

1 - Para as embarcações de recreio com contrato anual, os períodos de estacionamento em terra serão cobrados, sem prejuízo da cobrança no plano de água em simultâneo.

2 - Os utentes deverão deixar limpo e em bom estado de conservação o local de estacionamento em terra, sob pena de, não o fazendo, ser a APS a efetuá-lo, debitando-lhes os correspondentes encargos.

3 - Não é permitida a realização de serviços ou trabalhos em embarcações nas áreas destinadas a estacionamento em seco.

4 - A docagem para trabalhos só poderá ser efetuada em zona exclusivamente criada para o efeito, denominada “área de serviços”.

5 – Não é permitida a utilização da rampa de acesso para a realização de trabalhos em embarcações, a menos que o carácter de urgência o determine, sujeito, contudo, a autorização pontual do PR.

5.1 – As operações de limpeza de fundo, remoção de placa vegetativa do casco, pinturas, trabalhos com possibilidade de libertação de óleos, águas residuais ou qualquer outro tipo de poluição ambiental, são proibidos na área da rampa de acesso, independentemente do seu grau de urgência.

CAPÍTULO III PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Artigo 20.º Equipamento

1 - A APS não assume qualquer responsabilidade pela impossibilidade de utilização de equipamentos se, por avaria ou ocorrência de outra natureza, os mesmos estiverem temporariamente indisponíveis.

2 - Mediante prévia autorização da APS, os utentes do Porto de Recreio poderão utilizar equipamentos pertencentes a terceiros para movimentação das suas embarcações.

Artigo 21.º Outros serviços

A prestação de quaisquer outros serviços, que não os previstos no Tarifário do Porto de Recreio, fica sujeita ao disposto no Regulamento de Tarifas da APS ou normas regulamentares aprovadas pela APS.

A prestação de serviços na “área de serviços” fica sujeita às normas e ao tarifário aplicado pelo respetivo prestador.

Artigo 22.º Sistema de drenagem de águas sujas e oleosas

As embarcações que desejem efetuar descarga de águas contendo resíduos de hidrocarbonetos, devem fazê-lo através do sistema de drenagem de águas oleosas disponível no PR, o qual pode ser usado mediante pagamento de acordo com o Tarifário do Porto de Recreio de Sines em vigor.

É da responsabilidade do utilizador o pagamento das despesas de limpeza e de combate à poluição que eventualmente possam provocar.

A descarga de águas sujas é efetuada através do sistema de drenagem, diretamente para a estação elevatória de águas residuais.

Artigo 23.º**Lavagens**

As embarcações estacionadas nos postos de amarração, ou fundeadas na área portuária, só podem ser lavadas com água limpa, não sendo portanto autorizada a utilização de detergentes.

Artigo 24.º**Recolha de Resíduos**

1 - No Porto de Recreio, estão colocados contentores para a recolha seletiva de resíduos. Outro tipo de resíduos poderá ser recolhido desde que previamente informado o Porto de Recreio e estando a recolha sujeita ao pagamento do estipulado no tarifário da APS em vigor.

2 - A remoção de resíduos, resultantes da realização de obras e trabalhos de manutenção, é da responsabilidade das entidades que efetuem tais trabalhos ou operações.

3 - O PR dispõe de contentor próprio para deposição de RCM - Restos de Cozinha e Mesa (consideradas matérias perigosas, de categoria 1), transportados em embarcações provenientes de Países Terceiros.

Artigo 25.º**Abastecimento de combustíveis**

1 - O serviço de abastecimento de combustível é um serviço licenciado pela APS.

2 - O abastecimento é efetuado no pontão "C" do PR, estando o mesmo dimensionado para a receção de embarcações cujas dimensões cumpram as características das classes autorizadas neste porto.

Artigo 26.º**Cacifos**

1 - No PR existem dois tipos de cacifos (pequenos, com as dimensões 0,30 m x 0,90 m, e grandes, com as dimensões 0,30 m x 1,80 m), os quais podem ser utilizados mediante o pagamento da respetiva taxa de utilização, definida no Tarifário do Porto de Recreio de Sines.

2 - É proibida a utilização dos cacifos para guardar detritos, materiais perigosos (nomeadamente tintas, solventes, pirotécnicos, combustíveis, etc.) ou outros suscetíveis de causar odores, escorrências, etc.

3 - A APS não é responsável por roubos ou furtos ocorridos sobre bens guardados no interior do cacifo.

4 - No final do período contratado para a utilização do cacifo, a chave deve ser restituída ao PR e o cacifo deve ser devolvido completamente limpo e desocupado. A perda da chave do cacifo ou a sua não entrega no final do período previsto para a sua utilização implica o pagamento de uma taxa conforme previsto do Tarifário do Porto de Recreio de Sines.

**CAPÍTULO IV
OBRIGAÇÕES****Artigo 27.º
Obrigações dos utentes**

Sem prejuízo das demais obrigações deste Regulamento, os utentes do Porto de Recreio obrigam-se a utilizar as instalações de acordo com o seguinte:

- a) - O acesso e permanência nas instalações do Porto de Recreio, bem como o exercício de direitos e de atividades permitidas nos termos deste Regulamento, devem tomar em conta as regras de boa vizinhança, urbanidade e mútuo respeito entre todos os utentes;
- b) - Manter as embarcações em bom estado de conservação e limpeza;
- c) - Possuir defensas adequadas, em bom estado de conservação e devidamente colocadas, de modo a proteger as embarcações e bens da APS ou de terceiros;
- d) - Manter as embarcações bem amarradas, de modo a que nenhuma parte exterior se projete por cima dos cais flutuantes e impeça a livre passagem de pessoas;
- e) - Manter as embarcações em condições de perfeita flutuabilidade;
- f) - Manter protegidas as embarcações, com resguardos adequados à proteção da água da chuva e responsabilizar-se pela drenagem das águas pluviais ou de outras que possam perigar a flutuabilidade da embarcação;
- g) - Observar as regras que forem estabelecidas pela APS e afixadas nas instalações do Porto de Recreio, relativamente ao estacionamento;
- h) - Não fazer lume, lançar detritos ou colocar objetos pesados ou prejudiciais nos passadiços e plataformas flutuantes ou quaisquer outras instalações do Porto de Recreio;
- i) - Não efetuar reparações no exterior das embarcações estacionadas na área molhada sem autorização da APS, bem como não utilizar as plataformas como ponto de apoio às reparações;
- j) - Não utilizar sistemas de amarração com recurso a manilhas ou outras peças metálicas na ligação aos cunhos;
- k) - Não fixar objetos ou equipamentos nas plataformas;
- l) - Não navegar a velocidade superior a três nós no interior do Porto de Recreio ou à entrada ou saída do mesmo, por forma a não provocar ondulação que possa prejudicar a segurança e bem-estar dos demais utentes;
- m) - Não despejar óleos, detritos ou quaisquer objetos fora dos recipientes apropriados existentes nos cais ou zonas confinantes;
- n) - Não fazer lavagens, derramar água ou outras substâncias nas plataformas flutuantes;

- o) - Não ensaiar motores ou executar quaisquer trabalhos no interior das embarcações que possam causar incómodos aos demais utentes, entre as 20 horas e as 9 horas do dia seguinte;
- p) - Manter livre o acesso aos locais onde se encontram instaladas gruas, grades de marés, rampas e bombas de combustível, bem como nas suas imediações, em ordem a não causar impedimentos ou aumentar o risco de operação;
- q) - Não estacionar no cais de espera para além do tempo indispensável;
- r) - Não fazer ligações elétricas a terminais, a não ser usando fichas indicadas pela APS;
- s) - Não utilizar veículos nos cais flutuantes;
- t) - Não se banhar nas águas do interior do Porto de Recreio;
- u) - Não exercer qualquer atividade de pesca dentro da área do Porto de Recreio;
- v) - Não utilizar as docas acompanhados de animais domésticos, a não ser que assegure que os mesmos não andem nos pontões, nem incomodem os utentes;
- x) - Não exercer qualquer atividade comercial, salvo com autorização expressa da APS;
- y) - Cumprir o estacionamento de viaturas no estacionamento automóvel nas zonas destinadas a esse efeito.
- z) Comunicar ao Porto de Recreio, toda e qualquer alteração nomeadamente, titularidade, registo e nome da embarcação, proprietário ou seu representante, morada e contactos.

CAPÍTULO V RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES

Artigo 28.º Atendimento aos Utentes

Os utentes poderão, verbalmente ou por escrito, apresentar reclamações ou sugestões relativas à execução dos serviços, estado das instalações ou quaisquer outras matérias de interesse para o bom funcionamento do Porto de Recreio. Para o efeito, estará disponível um Livro de Reclamações na receção do Porto de Recreio.

CAPÍTULO VI ENTRADA EM VIGOR

Artigo 29.º Entrada em vigor

A presente revisão deste Regulamento entra em vigor a 28 de Abril de 2018 e está disponível, para consulta, na receção do Porto de Recreio e na página da APS na Internet.